

Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 191, de 14 de dezembro de 2022 - **Anexo XXIV**
Prestação de Contas - Exercício de 2022

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas ²			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	-	-	-	-
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Revisão dos normativos internos relacionados à gestão patrimonial, em confronto com a legislação Federal e Estadual	Normativo interno revisado e publicado	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2021	Concluída ³
Reconhecimento dos bens móveis	Bens móveis registrados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
Reconhecimento dos bens imóveis	Bens imóveis registrados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
Definição dos procedimentos de mensuração dos bens móveis	Mensuração dos bens móveis definida	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluída
Definição dos procedimentos de mensuração dos bens imóveis	Mensuração dos bens imóveis definida	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluída
Avaliação dos bens móveis	Bens móveis avaliados	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2023	Em andamento ⁴
Avaliação dos bens imóveis	Bens Imóveis avaliados	Diretoria de Engenharia e Arquitetura	30/06/2018	Concluída
Realização de inventário dos bens móveis	Bens móveis inventariados	Diretoria de Infraestrutura	01/12/2015	Concluída
Realização de inventário dos bens imóveis	Bens imóveis inventariados	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluída
Análise dos métodos e taxas de depreciação dos bens móveis e imóveis, definidos no sistema PE-Integrado, adequados ao TJPE.	Método e taxas de depreciação dos bens móveis e imóveis definidos	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Eng. e Arquitetura	31/12/2018	Concluída
Registro de depreciação dos bens móveis	Bens móveis depreciados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2021	Concluída ⁵
Registro de depreciação dos bens imóveis	Bens imóveis depreciados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	01/01/2019	Concluída
Implantação no TJPE do sistema informatizado PE-Integrado, módulo gestão patrimonial, interligado ao Sistema e-Fisco Financeiro	Sistema PE-Integrado implantado no TJPE	Secretaria de Administração do TJPE	31/12/2023	Paralisada ⁶





Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 191, de 14 de dezembro de 2022 - **Anexo XXIV**
Prestação de Contas - Exercício de 2022

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex. 13º salário, férias, etc)			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - férias	Metodologia para provisões sobre folha de pagamento - férias	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - 13º salário	Metodologia para provisões sobre folha de pagamento - 13º salário	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2016	Concluída
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com férias	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com férias	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com 13º salário	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com 13º salário	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2016	Concluída
Ação	6.Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Procedimentos para reconhecimento no passivo permanente das obrigações com fornecedores por competência, por meio do Documento Hábil - DH	Registro no passivo permanente das obrigações por competência realizado	Diretoria Financeira e Diretoria de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência, por meio do Documento Hábil - DH	Passivo com fornecedores registrado por competência	Diretoria Financeira e Diretoria de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência ⁷			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	-	-	-	-





Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 191, de 14 de dezembro de 2022 - **Anexo XXIV**
Prestação de Contas - Exercício de 2022

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, realização e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Reconhecimento e mensuração dos bens intangíveis (softwares adquiridos)	Bens intangíveis registrados	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
Registro da amortização dos bens intangíveis, com definição de método e taxa	Bens intangíveis amortizados	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Contabilização dos Precatórios em Regime Especial			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro dos recursos financeiros para pagamento dos precatórios em regime especial, em conformidade com o MCASP 9ª edição	Metodologia para registro dos recursos financeiros dos precatórios definida	Diretoria de Contabilidade Diretoria Financeira	31/12/2023	Em andamento ⁸
Reconhecimento e evidenciação dos recursos financeiros, destinados ao pagamento dos precatórios em regime especial, em conformidade com o MCASP 9ª edição.	Recursos financeiros de Precatórios contabilizados	Diretoria de Contabilidade Diretoria Financeira	31/12/2023	Não Iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Construção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP a ser implantado no e-Fisco	Plano de contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantado no e-Fisco	Governo do Estado	01/01/2014	Concluída





Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 191, de 14 de dezembro de 2022 - **Anexo XXIV**
Prestação de Contas - Exercício de 2022

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração das novas demonstrações contábeis	Demonstrações contábeis elaboradas	Diretoria de Contabilidade	31/12/2014	Concluída

¹ A atualização da Instrução Normativa (IN) TJ nº 08/2005 em alinhamento com a Lei estadual nº 13.178/2006, a elaboração de Instrução Normativa contemplando os créditos tributários decorrentes da Lei 17.116/2020, assim como a Taxa de Serviço Notarial ou Registral (TSNR) do extrajudicial fiscalizada pela Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), estão previstos no recente projeto que trata da criação de uma Diretoria de Arrecadação no Poder.

² Não vislumbramos essa ação neste Poder.

³ Instrução Normativa (IN) nº 11, de 06 de maio de 2021, publicada no Dje nº 102/2021 de 28 de maio de 2021.

⁴ Bens móveis adquiridos até 31.12.2010, avaliados por comissão regularmente constituída, nos parâmetros definidos pela IN TJ nº 11/2021, conforme SEI00005847-78.2022.8.17.8017, ora encaminhado ao setor de TI em 19/01/2023 para proceder com a implantação da tabela e demais ajustes no sistema de patrimônio.

⁵ Depreciação implantada tomando por base o período de aquisição dos bens móveis a partir de 01/01/2011.

⁶ A área de Patrimônio do Poder ainda em processo de definição e avaliação para uso do módulo de Bens Móveis. Quanto ao de Bens Imóveis, a Secretaria de Administração do Estado (SAD/PE) informou em 30/01/2023 ainda não ter previsão para implantação dos ajustes pleiteados no Ofício nº 023-2020-DG-TJ em 18/12/2020, em função da mudança de gestão ocorrida no início de 2023.

⁷ Não vislumbramos essa ação neste Poder. A Portaria nº 548/15 da Secretaria do Tesouro Nacional prevê definição por meio de Ato Normativo específico.

⁸ Metodologia do fluxo e roteiro contábil em processo de discussões na Contabilidade do TJPE, Contadoria Geral do Estado, Contabilidade da Procuradoria Geral do Estado e Coordenadoria de Precatório do TJPE e Diretoria Financeira, em função da previsão de registros contábeis no Judiciário, MCASP 9ª edição, válido a partir de 2022..

Recife, 24 de março de 2023

Carleide Maria Bezerra
Contadora - CRC/PE nº 019946/O

